

RELATÓRIO CONDEMA

Reunião 228, de 28 de julho de 2020.

Trata-se da primeira reunião ordinária do CONDEMA virtual. Aprovada a ata 227 por unanimidade. A pauta iniciou com explanação do conselheiro André Santana, Diretor de Habitação, sobre os núcleos que serão objetos de Decreto de Congelamento – *Balneário Mogiano (PERB); Loteamento Chácaras Balneário Mogiano (quadras Rua Futura); Núcleo Vila da Mata; Núcleo Rua Carvalho Pinto (Morro do Itaguá) e Núcleo Rua Perseverança (Sítio São João); em atendimento a Lei n. 1.342, de 02 de abril de 2019.* Fez também breve explanação sobre o que acontece com as áreas após o congelamento. Com a ciência do CONDEMA, até o final de agosto esperamos ter concluído o congelamento destas 5 áreas, lembrando que todas estarão devidamente identificadas com placas e serão objeto da regularização.

Nos Assuntos Gerais, o Sr. Presidente foi questionado sobre temas pleiteados na reunião de fevereiro e explicou que, em razão da pandemia e novas demandas nesse período, os assuntos serão gradativamente retomados. Falaram sobre a intensificação das ações da DOA na pandemia da COVID-19 e sobre a necessidade de manutenção dos veículos da Diretoria que passaram a rodar muito com o aumento das demandas. Explicaram que o trabalho de contenção ficou um pouco prejudicado e que há necessidade de fortalecer o aspecto criminal dessas invasões, talvez criar uma Delegacia Ambiental na região para tratar desses crimes.

Prosseguindo, o Sr. Presidente atualizou os conselheiros sobre o Andamento de Projetos na FEHIDRO e Comitê de Bacias, totalizando captação de investimento de aproximadamente R\$ 2.020.278,07 e falou sobre as obras de macro e micro drenagem que serão realizadas; apresentou relatório fotográfico da reforma do flutuante com fotos do “antes e depois”, item a item, da conclusão dos trabalhos; sobre a interrupção da coleta seletiva em razão da pandemia de COVID-19, seguindo as determinações de decretos estaduais e municipais, bem como orientações da CETESB e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, inclusive com recolhimento dos LEVs. Apresentou relatório desse período de suspensão até o momento da retomada das atividades. Falou sobre apoio aos cooperados; sobre o plano de retomada iniciado em junho, com ações, capacitação e treinamento do pessoal, com orientações e procedimentos para a triagem e tratamento dos resíduos, também vacinação dos cooperados. Atualizou informações sobre o Município Verde Azul, explicando que aguardamos orientações quanto aos procedimentos, pois há muitas restrições, especialmente para ações que devem ocorrer de forma presencial.

O Sr. Presidente atendeu questões feitas via chat, esclarecendo, com a ajuda dos conselheiros, dúvidas sobre congelamento e regularização; implantação de rede elétrica na Vila da Mata; sobre o destino das famílias que vivem há mais de 50 anos em área já adensada, mas não inclusas na regularização; sobre construir com o núcleo já congelado; sobre falta de água nas Chácaras Mogiano e o que vem sendo feito para minimizar o problema nesta área, que possui muitas ligações clandestinas dificultando o abastecimento.

Explicou que para retomar as reuniões foi necessário atender novas demandas, reinventar. As reuniões virtuais são um ponto positivo nesse momento de adaptação e essas medidas de proteção são necessárias para a segurança de todos neste momento. Falou que a PMB

realiza trabalho sério, afinado com a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Obras e Habitação e, especialmente com a Diretoria de Habitação, discutindo questões importantes para o município. O Fórum/Seminário que pretendemos retomar trará à tona o tema para as comunidades envolvidas e para todos os munícipes. Sabemos que há déficit habitacional e temos que prover condições de moradia dignas para todas as áreas do município.

O Sr. Presidente informou que a conselheira Marisa afastou-se em razão de problemas de saúde e, em face da dificuldade de comparecimento e da necessidade de assinatura das atas para prosseguimento dos processos, entendeu-se por bem a sua substituição temporária na Comissão de Avaliação de Projetos do CONDEMA. O conselheiro André voluntariou-se e hoje integra a comissão, junto aos conselheiros Castro e Paulo Velzi.

DELIBERAÇÕES:

FUNESPA: falou sobre a necessidade de renovação do Conselho Diretor do FUNESPA, conforme determina o artigo 7º, inciso III, da Lei Municipal n.º 242/97 (alterada pelo artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.382/19 – BOM 918) e que, em face da falta de manifestação de voluntários sugerimos a recondução dos conselheiros Ubirajara e Teresa. Os conselheiros **APROVARAM** a recondução por unanimidade. A Diretoria de Finanças – DFI indicou pelo memorando 141/20-SA o Sr. Tiago dos Santos Teixeira para exercer a função de Assessor de Finanças do FUNESPA e, com isso, daremos continuidade ao processo para nomeação do novo Conselho Diretor.

Informou, ainda, que na última sexta-feira, dia 24/07, realizaram reunião virtual do FUNESPA e concluíram a **APROVAÇÃO** das atas pendentes desde dezembro/2019 até julho/2020. Explicou que só é possível fazer a prestação de contas quando recebe as informações da Contabilidade. Porém, a demanda que normalmente já é muito grande, foi sobrecarregada pela questão da Pandemia.

A reunião concluiu com a **APROVAÇÃO**, por unanimidade, de despesas que montam valor total de **R\$ 196.076,67 (cento e noventa e seis mil, setenta e seis reais e sessenta e sete centavos)** para aquisição de veículo para a Diretoria de Operações Ambientais (R\$ 161.076,67); manutenção preventiva de veículos (R\$ 30.000,00); e material gráfico sobre Logística Reversa (R\$ 5.000,00).

Os conselheiros ainda conversaram sobre a possibilidade de locação de veículos ao invés de aquisição. O Sr. Presidente falou dará andamento ao processo, posto que ainda passará por algumas etapas antes da licitação e nesse meio-tempo fará o levantamento de qual a melhor opção.

Por fim, os conselheiros conversaram sobre próximas pautas (projeto de lei sobre Logística Reversa; convite a SABESP para apresentar cronograma referente ao abastecimento de água e esgoto e informações sobre a situação da transposição do Rio Sertãozinho).

O conselheiro Eduardo convidou todos a participarem de Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PE Restinga de Bertioga, no dia 29 de julho 2020, às 15h00, sobre o empreendimento “Licenciamento ambiental de aproveitamento do Rio Sertãozinho para abastecimento da região metropolitana de São Paulo”, comumente conhecido como transposição do rio Itapanhaú. O conselheiro encaminhará o link por e-mail para ser repassado aos demais.

Reunião 229, de 25 de agosto de 2020.

Aprovada a ata 228 por unanimidade. A pauta teve início com apresentação do Eng.º Heron, Gerente do Setor Bertiooga – RSSG3 da SABESP que atualizou informações sobre obras atualmente em andamento no município: entrega de duas sub-bacias no Rio da Praia; sub-bacia no Jd. das Canções e Jd. Rio da Granja; obras de esgoto no Jd. Ana Paula, Rio da Praia, Ilha I e II, Jd. das Canções, Mangue Seco; instalação de Reservatório que atenderá Balneário Mogiano e Boraceia, que será instalado em área pública e cujo termo de cessão de uso estava vencido, tendo sido renovado para possibilitar que a SABESP prossiga com a licitação; falou do trecho de captação de esgoto na Manoel Gajo, da Rodovia sentido Itatinga; falou que no Balneário Mogiano as obras em algumas ruas foram adiantadas a pedido da prefeitura em razão da urbanização, porém ainda dependem de obras complementares para entrar em operação; falou sobre a estação de tratamento que atenderá o Balneário Mogiano e será construída próxima ao Costa do Sol, projetada para receber efluentes da costa norte; prosseguiu falando sobre uma obra em perspectiva de construção que é a ETA Itapanhaú, que ampliará a capacidade do sistema Itapanhaú; o Sr. Presidente explicou que o projeto executivo está pronto bastante adiantado; que a PMB vem acompanhando de perto esta questão por tratar-se de interesse da população, importante não só para a região, mas para todo o município; disse que estamos todos engajados em fazer acontecer e a SABESP é extremamente técnica e aberta para ouvir a PMB. Não é possível cravar uma data porque envolve desapropriação de terceiros, então estamos tentando resolver de forma amigável para viabilizar o projeto o quanto antes. O Sr. Heron concluiu lembrando que o contrato com a SABESP é de 30 anos, vai até 2047, e que ainda há muito por fazer; explanamos apenas sobre um universo mais próximo. Os conselheiros dirimiram dúvida sobre vazamentos e os chamados “gatos” que causam perda de água na rede; o Sr. Heron explicou as dificuldades e os fatores envolvidos, bem como as ações e procedimentos realizados para diminuir o problema.

Continuando, o Sr. Presidente explicou que o pessoal responsável por trazer o resumo das obras de reversão do Rio Sertãozinho, mais conhecida como “Transposição do Itapanhaú”, é da unidade de São Paulo e não pode comparecer hoje por incompatibilidade de agenda. Explicou que temos acompanhado a questão e atualizou as informações sobre o assunto.

Minuta de Projeto de Lei – Logística Reversa: o Sr. Presidente explicou que em 2017 uma minuta havia sido aprovada no conselho, porém, houve necessidade de alterações para atendimento a Legislação Federal. O arquivo foi encaminhado por e-mail para conhecimento de todos e discutiremos o assunto em próxima reunião. Os conselheiros conversaram e, por ser uma questão complexa, decidiram formar uma comissão para estudar melhor o assunto. **A comissão ficou formada pelo Sr. Fernando (Presidente); Sr. Godoi (DDA); conselheiros Paulo Velzi (coordenador da comissão), Eduardo Tomé e Castro.**

Nos assunto gerais a conselheira Marisa falou sobre a continuidade do Projeto Desenvolvimento Sustentável Litoral Paulista, que avalia áreas de risco e áreas protegidas do ponto de vista ambiental. Será estabelecido calendário de ações e haverá diversos treinamentos. Falou sobre a nova infraestrutura e sobre o início da segunda parte do projeto com a parceria da Secretaria de Habitação do Estado, trazendo alternativas e condições para que as pessoas possam ter uma vida digna. O conselheiro André Santana (DHA) atualizou informações sobre congelamento de núcleos de ocupação irregular: três áreas dentro do PERB; embargo Chácaras e Rua Marítima. O conselheiro Castro falou da necessidade de formar comissão para revisão da Lei 294 (Código Ambiental) para adequar dosimetria,

individualização de ações entre outras coisas. Também sobre a lei sobre a Lei 1101/14 (“Lei do Silêncio”), sobre a necessidade de determinar competências para não sobrecarregar a DOA. O Sr. Presidente e os conselheiros conversaram também sobre necessidade de revisão do Código Tributário em relação as taxas ambientais e sobre a vinculação da taxa à área construída e não à área de supressão. Por fim, relatou que consultamos o IPT para viabilizar o Plano Municipal da Mata Atlântica e aguardamos o retorno.

FUNESPA: o Sr. Presidente informou que as reuniões do FUNESPA acontecerão todos os meses na sexta-feira que anteceder a Reunião Ordinária do CONDEMA. Apresentou resultado da **49ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA**. Relatou que a conselheira Teresa observou que os repasses ao CONDEMA estavam ocorrendo a cada três meses e a Contabilidade ficou de realizar esse crédito mensalmente. **NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES.**

Reunião 230, de 29 de setembro de 2020.

Aprovada a ata 229 por unanimidade. **Programa Município Verde Azul:** o Sr. Presidente falou que o prazo para envio dos documentos referentes ao ciclo 2019/2020 do PMVA encerrou em 28/09. Explicou alteração significativa na forma de gestão do Programa. Antes o ciclo era de outubro do ano passado a setembro do ano corrente; agora é de janeiro a dezembro do mesmo ano. Então, este ano entregamos relatórios atualizados referentes a 2019 e no próximo ano entregaremos relatórios referentes a 2020. Agradeceu aos estagiários e a Chefe da SEAM, Sra. Mylene Lyra, que ajudaram na continuidade do MVA capacitando profissionais para lidar com o programa. **Adequação de Resolução CONDEMA:** feita revisão e compilação das Resoluções que tratam de mesmo assunto em proposta única, para facilitar o trabalho e o entendimento de todos. A minuta foi encaminhada ao e-mail dos conselheiros para análise. Os conselheiros acharam por bem formar comissão para analisar a minuta e a comissão ficou formada pelos conselheiros Paulo Velzi, Castro e Teresa; pelo suplente Eduardo Tomé (representando a AAEAB); e será coordenada pelo DDA, Sr. Godoi, que agendou reunião extraordinária virtual para 13/10, às 10h00, ressaltando que a intenção não é criar nada novo, mas sim adequar-se à Resolução Estadual 48/14 e trazer justiça para o Licenciamento/Regularização. Os conselheiros lembraram, ainda, a necessidade de alteração do Código Tributário e do Código Ambiental e o Sr. Presidente respondeu que esses assuntos serão tratados oportunamente. Nos **Assuntos Gerais** o conselheiro Paulo Velzi falou sobre a Lei 1101/14 (“Lei do Silêncio”); a sobrecarga da DOA em relação a grande demanda de denúncias de som alto; e da necessidade de regulamentação para os aluguéis de final de semana por meio de Legislação no CONTUR. Questionou também sobre o monitoramento da água do Itapanhaú. O Sr. Presidente falou que a SABESP está realizando o monitoramento e está pendente, por questões de propriedade, a instalação de ponto de monitoramento no Parque Ilha Rio da Praia. Vai passar o contato da pessoa responsável pelo monitoramento na SABESP para que o conselheiro Paulo fale diretamente com ela. O conselheiro Paulo Velzi perguntou sobre a exigência de preservação ambiental, se foi feito contato com a CETESB para solucionar essa questão. O Sr. Presidente explicou que preparamos Informação Técnica e encaminhamos à CETESB sobre preservação dos lotes inseridos no setor IV e área urbana fora da zona de amortecimento, substituindo por averbação em áreas no Setor I da zona de amortecimento, nos termos da Res. SMA 203/2018, que dispõe sobre Plano de Manejo do PERB. Estamos aguardando a resposta da CETESB.

O conselheiro Castro retomou o assunto da necessidade de regulamentação da Lei 1101/14 (“Lei do Silêncio”), das problemáticas e sobrecarga enfrentadas pela DOA para atendimento

da demanda de denúncias. Falou que elaborou uma minuta para regulamentar esta lei e a entregou na Procuradoria. Está aguardando avaliação e aprovação do Prefeito. É preciso que cada departamento assuma sua função, suas obrigações. Falou também da falta de estrutura para a fiscalização ambiental e da necessidade de criar a Guarda Ambiental, desvinculada da GCM. Insistiu, ainda, na atualização do Código Ambiental e na necessidade de legislação para regulamentar locação de imóveis. Prosseguiu com a questão do socorro a animais silvestres. Afirmou tratar-se de situação de calamidade pública, pois recebemos muitos chamados e atendemos de forma eficiente, mas sem socorro veterinário, não temos no município onde levar esses animais. Solicita apoio do CONDEMA para encaminhar documento ao Estado ou viabilizar estrutura para o trabalho. Os presentes conversaram sobre possibilidades e alternativas para minimizar ou solucionar o problema e também sobre as condições orçamentárias para viabilizar tal estrutura posto que se trata de despesa contínua, cujo impacto também será contínuo no orçamento. O Sr. Presidente explicou que há necessidade de prever esse impacto para não incorrer em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselheiro Eduardo sugeriu que paliativamente o Estado ofereça o transporte do animal, com o devido acompanhamento de funcionário da DOA, e disponibilizou viatura da FF. O conselheiro Castro agradeceu a ajuda e finalizou ressaltando que é importante mostrar o cenário de Bertiooga, que tem características de preservação espetaculares e não tem lugar para socorrer seus animais.

A conselheira Maria Inês reforçou a necessidade de regulamentação e fiscalização sobre os aluguéis de final de semana, com aumento significativo de veículos, imóveis ocupados por mais pessoas do que suportam, muito barulho, muita baderna e afirmou que a AMAB tem sido bastante procurada para interceder nessas situações. Fez questionamentos sobre a logística utilizada para fiscalizar construções no município queixando-se que na principal avenida em Boraceia estão sendo construídos sete barracões de alvenaria, com lançamento de esgoto a céu aberto. Falou também sobre a grande quantidade de animais de grande porte soltos pelas ruas e do perigo de acidentes em razão disso. Foi orientada a formalizar denúncia junto a SEFI (Seção de Fiscalização de Obras) para a tomada de providências e a informar o endereço exato do local para que a equipe da fiscalização ambiental verifique a reclamação quanto ao lançamento de esgoto.

O conselheiro André Santana comunicou o cadastramento de duas áreas de ocupação irregular (Vila da Mata e Rua Carvalho Pinto) e agradeceu o apoio da FF. Há, ainda, três áreas cadastradas formalizando processo para publicação do decreto de congelamento.

FUNESPA: o Sr. Presidente apresentou resultado da 50ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA. Registrou que o pedido da conselheira Teresa para que os depósitos fossem realizados mensalmente no FUNESPA não aconteceu e o pedido foi reiterado. A conselheira Teresa mencionou, em relação ao assunto abordado quanto ao socorro de animais no município, que deveríamos ter o ICMS ecológico, apresentando os dados poderíamos requisitar parcela deste recurso.

DELIBERAÇÕES:

O Sr. Presidente informou que adquirimos o prédio onde funcionava o antigo albergue, ao lado do Viveiro de Mudas 'Seo' Léo e que lá será construído o Centro de Educação Ambiental – CEA do município. Convidou a Chefe da Seção de Educação Ambiental – SEAM, Sra. Mylene Lyra, para apresentar proposta ao conselho. A Sra. Mylene explicou que o projeto prevê a implantação do CEA, junto com um Parque Ambiental, Orquidário e Bromeliário, num espaço único e interligado, que será referência no município. Além de incrementar as ações

de educação ambiental e oferecer espaço para outros órgãos da Baixada Santista desenvolverem seus projetos. A Sra. Mylene apresentou projeto demonstrando as futuras instalações, estrutura, objetivo e ações que serão desenvolvidas no CEA. O espaço atualmente está bastante degradado e necessita de reforma. A conselheira Teresa falou que é importante transformar em Lei para que os próximos governos não alterem a finalidade. O conselheiro Filipe Sofiati retomou a questão dos problemas nas praias e no município como um todo, ressaltando a importância desse projeto de Educação Ambiental, o quanto é importante valorizá-la, pois percebemos que a falta de consciência ambiental, de conhecimento, resulta nessa desordem que vemos hoje. A Educação Ambiental está diretamente ligada ao Turismo e destacou o apoio ao projeto. O Sr. Presidente falou que foi feito remanejamento de verba da própria SM para a construção do CEA no valor de R\$ 463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais) para a reforma e criação da estrutura; além disso, destinou R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da SM como aporte para o projeto. Apresentou proposta para destinar recurso do FUNESPA no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as obras e compra de equipamentos para a implantação do CEA. Os conselheiros **APROVARAM por unanimidade.**